



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, August-o Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Sil-vério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Fran-cisco Escorsin, Gabriel Manoel, Cernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Renato Bueno, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

- SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

OFÍCIO N.º 25/79/GL/MDB

Curitiba, em 4 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência, que é a seguinte a represen-tação da Bancada do MDB, para compor a CPI do Menor:

TITULARES

Mário Celso
José Tavares

SUPLENTE

Adalberto Daros
Lineu Turra

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI.

OFÍCIO N.º 26/79/GL/MDB

Curitiba, em 4 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência que é a seguinte a represen-tação da Bancada do MDB, para compor a Comissão Limite Paraná-São Paulo ;

TITULARES

Lineu Turra
Trajano Bastos

SUPLENTE

Cernote Kirinus

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para compor a Comissão Externa que participará dos festejos de aniversário de Maringá, são indicados os Srs. Depu-tados Antônio Facci e Renato Bernardi.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, aten-didas as formalidades regimentais, REQUER sejam renovadas solicitações aos MINISTROS da FAZENDA, do PLANEJA-MENTO, ao BANCO CENTRAL DO BRASIL e ao GOVER-NADOR DO ESTADO DO PARANÁ, para que sejam tomadas urgentíssimas medidas quanto às execuções que estão se proces-sando de NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS, no Município de Toletto (PR) e outros da Região Oeste do Estado do Paraná, através do ajuizamento por parte de Bancos privados.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

- a) Enormes apreensões estão surgindo no meio agrí-cola do oeste do Paraná, no momento em que co-mecem a ser ajuizadas medidas executórias junto aos agricultores, referentemente às NOTAS PRO-MISSÓRIAS RURAIS, oriundas de transações com firmas concordatárias ou em regime falimentar, cujas pendências perduram por mais de dois anos;
- b) várias orientações foram dadas pelo Governo, no entanto com o ajuizamento das NPRs, presen-temente acontecendo, carece-se de solução defini-tiva, por parte das autoridades competentes e nominadas neste requerimento;
- c) como o total de NPRs, segundo dados, atinge mais de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), devidos indevidamente pelos agricul-tores, é fundamental a pronta solução do caso, que angustia sobremaneira o agricultor do Paraná.

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença dos Srs.

Vereadores de Altônia, Geraldo Gomes, Serafim Rezende e Ademir Andretta.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao usar mais uma vez a tribuna desta Casa, faço-o, inclusive, a partir de pedidos veementes da população de Marechal Cândido Rondon, e faço, nesta oportunidade, também, uma denúncia contra os abusos de preços anti-sociais, que estão sendo cobrados por Departamentos daquela Prefeitura ou mesmo, o que é pior, por autarquias, responsáveis pela implantação da rede de águas, nos distritos do interior do Município de Marechal Cândido Rondon.

O mesmo já foi denunciado, uma vez, desta tribuna. Acontece com várias autarquias, das quais se serve aquele Poder Executivo para, ao invés de beneficiar, vir a explorar o povo.

Segundo uma série de moradores de proprietários de lotes situados no perímetro urbano do Distrito de Pato Bragado, tal Departamento está cobrando valores que chegam à casa de cinco mil cruzeiros de cada proprietário de lote, por onde a rede de águas vir a passar, além de um mil, trezentos e dez cruzeiros pela instalação do hidrômetro.

Além disso tudo, as cobranças são feitas através de agências bancárias locais, a partir do juro: de um por cento ao mês, em caso de atraso nos devidos pagamentos, com mais dez por cento de multa.

Como podemos avaliar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal serviço não é de utilidade pública, nem de interesse daquela comunidade ou municipalidade, em oferecer condições de desenvolvimento aos distritos, mas, sim, parece que está a serviço do interesse do Executivo Municipal, em arrecadar fundos para construir, como vem construindo, verdadeiros mausoléus, como é o caso da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

Cabe aqui um pedido de explicação aos responsáveis pela administração de Marechal Cândido Rondon, bem como aos responsáveis por tal departamento, uma vez que a população que pleiteia tal benefício tem condições de atender as exigências tais em relação aos pagamentos pelas melhorias citadas. Então, acontece um fato estranho, Sr. Presidente, Srs. Deputados: à medida que vem se aproximando o asfalto, à medida que vem se aproximando a rede de águas, gente humilde tem que se afastar da cidade, tem que vender o seu lote, e ir morar nas barreadas, ir morar nas favelas, para poder atender as exigências daquelas autarquias.

Substitui-se o homem daquelas cidades, daqueles distritos, por asfalto, e por benefícios explorativos do povo.

São atitudes, atos, provocações e medidas abusivas como estas que agora mencionamos, bem como outras atitudes e atos de perseguição, como já denunciemos aqui, que escondem Prefeitos nomeados para agir e impor sua autoridade perante a comunidade; são elementos despreparados para a sua função, que nela e dela, na maioria das vezes se servem do cargo para fazer política adversa aos interesses da comunidade, ou talvez até para servir a interesses escusos de grupos sociais, seguindo, assim, o cordão da corrupção a um sistema político que está no final de seu esvaziamento total neste País. E onde sentimos que os clamores do povo começam a surtir efeito; os clamores se sentem em todo o País naquele município, onde muitos pelegos começam, inclusive, a se manifestar em favor da realização de eleições diretas nas chamadas áreas de segurança nacional, que nós, desde uma ótica atual, olhamos como uma verdadeira piada; piada sim, porque somente após a reivindicação da vitória, ou a verificação, melhor dito, da vitória absoluta do partido governista nos últimos dias, em São Paulo, é que governantes, parlamentares e políticos desta mesma área, infestada pela ambição egoísta da manutenção do poder a qualquer meio, começam a boquejar, através da imprensa, de que são favoráveis à realização de eleições diretas na área de Segu-

rança Nacional.

Mesmo quando o todo-poderoso Presidente do Partido Situacionista chega quase a garantir que haverá prorrogação do mandato dos atuais Prefeitos e Vereadores?

Esta é uma demonstração, Sr. Presidente, Srs. Deputados - demonstração que parte deles mesmos - de que talvez o que ocorreu em São Paulo, por ocasião das eleições em estâncias hidrominerais venha, ou possa ocorrer aqui no Paraná, principalmente na área de segurança. Só então, decidiram apoiar as eleições diretas nas áreas de segurança, como se a vitória da ARENA fosse a única condição para que se atenda um pedido de há mais de quinze anos, do Partido da Oposição e da população.

Mas, pergunto, e resta aqui a pergunta: como ficam os Prefeitos das Capitais?

Ficarão as eleições diretas para Prefeitos das Capitais também condicionadas às eleições da vitória da ARENA na faixa de fronteira?

E como ficam as eleições diretas para Governador? Ou teremos que nos submeter a receber a democracia, medidas a conta-gotas?

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Presidência registra, com satisfação, a presença dos Srs. Vereadores Antônio Fernandes e Maurício Pereira da Silva, de Altônia.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Objetivamos ocupar esta tribuna apenas para encaminhamento de um requerimento de assunto já extensivamente debatido nesta Casa e que dominou a imprensa, muitos órgãos e até o próprio Governo. Trata-se das notas promissórias rurais.

Queremos apenas, ao encaminhar esse pedido, fazer novas solicitações ao Ministro da Fazenda, ao Banco Central, Banco do Brasil e ao próprio Governador do Paraná, para que sejam tomadas medidas definitivas e sustentadoras das execuções de notas promissórias rurais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de ter informações de que alguns municípios do Oeste do Paraná, mesmo de Toledo de onde nos originamos, que existem ações em execução ajuizadas nas comarcas respectivas, para que bancos particulares sejam ressarcidos desses títulos creditícios.

Por essa razão, há uma enorme apreensão no meio agrícola do Oeste do Paraná com ajuizamento das notas promissórias rurais endossadas e avalizadas pelos pequenos e médios agricultores que acabaram garantindo aquilo que produziram, pagando pelo que colheram e venderam a firmas concordatárias, ou em regime falimentar.

Não queremos ser repetitivos, mas diante desse novo quadro, quando não foram atendidas aquelas orientações levantadas pelo Governo, no sentido de sustar as execuções ou medidas outras. Mas, diante deste quadro presentemente em ocorrência, carece-se de uma solução definitiva por parte das autoridades competentes e que nós nominamos no requerimento.

São mais de cem milhões de cruzeiros em notas promissórias rurais, que atingem o Estado do Paraná! Não é possível que fiquemos sem uma solução definitiva!

Por esta razão, ao encaminhar este requerimento, nós solicitamos, a esta Casa, renovadas solicitações aos Ministros da Fazenda, Planejamento, ao Banco Central do Brasil e ao próprio Governador do Paraná, no sentido de que se faça, efetivamente, a sustação dessas execuções.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Será nacionalmente comemorado, amanhã, o "Dia das Comunicações".

Entendo ser este tema, atualíssimo na conjuntura nacional e internacional.

Atual, porque considero infeliz o homem que está à margem dos acontecimentos que marcam a história da humanidade; atual, porque é infeliz o homem que não está apto a dizer o que pensa, o que sente, com equilíbrio, com ponderação, com conhecimento de causa.

A comunicação social, particularmente tem oferecido ao Brasil e ao mundo nos últimos anos, uma contribuição extraordinária e que não pode ser esquecida. Pela comunicação social feita, materializada com liberdade e com senso de responsabilidade, é que toda a humanidade toma conhecimento de atrocidades, de atos heróicos, de fatos e atos que estão a pontilhar a vida do homem. E nós políticos, o que podemos esperar da comunicação social? E nós homens que temos um mandato a exercer em nome de um grande contingente de brasileiros, o que devemos esperar da comunicação social?

É minha opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, legítimo é, do político, esperar, no dia em que se comemora a Comunicação Social neste País, que, haja a extinção de uma lei que cerceou o acesso do político a veículos de comunicação de massa como, o rádio e a televisão. É necessário que este País não conviva mais com a Lei Falcão, para que, com responsabilidade, com inteireza de caráter, todos nós políticos possamos levar ao grande público, o que pensamos, possamos levar o nosso posicionamento, a nossa atitude política, a nossa opinião, para que contribuamos realmente para o amadurecimento político do povo brasileiro.

Se aos políticos coubesse, portanto, o direito de pedir alguma coisa no dia em que o Brasil comemora a data consagrada à Comunicação, tenho certeza que, de forma uníssona, a classe política pediria a abolição da Lei Falcão. E, se não posso fazê-lo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque não tenho delegação para tanto, em nome de todos os Parlamentares desta Casa, quero pelo menos por um dever e um impulso de consciência, fazê-lo em meu nome. Pedir que, no contexto das reformas políticas que o Brasil todo hoje estuda, pelos seus representantes de todas as áreas, seja a Lei Falcão abolida e que o nosso povo tenha condição de votar conhecendo realmente o que pensam os seus candidatos, e aqueles que terão o poder de representá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Deputado Federal Amadeu Gears.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ensino superior e porque não dizer também, do 1.º e 2.º graus nesse País, vem, cada dia mais, sendo privatizado. As escolas particulares se instalam em todas as áreas e em todos os municípios e principalmente nesta Capital, fazendo com que os nossos estudantes, pela inércia do Estado nessa área, tenham que dispor de vultosa soma mensal para poder frequentar os bancos escolares.

Instituiu-se no País o crédito educativo que é um empréstimo de dinheiro para custear as anuidades e também a manutenção de alunos. Através do rádio e da televisão, o Governo gasta vultosa somas para fazer propaganda do crédito educativo, para dizer que esta é a solução, quando na verdade, todos nós sabemos que o crédito educativo é uma forma, isto sim, de fazer com que o nosso povo, de qualquer maneira, pague para estudar em nossa Pátria.

No domingo estávamos a ler um dos jornais da Capital "Gazeta do Povo" e encontramos aqui uma matéria: "Crédito educativo é pouco utilizado". E denuncia o jornal, que menos de vinte por cento dos nossos estudantes, estão se utilizando do crédito educativo. E vejam bem. Durante todos os dias, recebemos em nosso gabinete e me parece que é o problema de todos os Senhores Deputados, um grande número de estudantes, principalmente de nível superior, em busca de informações como conseguir o crédito educativo, porque na maioria das vezes, fazem as inscrições, preparam a documentação muito extensa e vêem ao final o seu pedido indeferido.

Não sabemos qual a razão. Hoje, por exemplo, estive em nosso gabinete, um estudante de Odontologia a reclamar, porque ele fez a inscrição junto à Caixa Econômica Federal para solicitar o crédito educativo para custear as suas anuidades e vejam o que acontece: viu o seu pedido aprovado; quando ontem compareceu à Caixa Econômica para assinar o contrato, foi informado que um dos documentos não estava batendo com a informação inicial, não conferia com a informação inicial, que lhe havia prestado à Caixa, e, portanto, o funcionário responsável disse apenas ao estudante que não mais seria assinado o seu contrato, não permitindo que esse estudante nem ao menos explicasse ou substituisse a documentação, numa verdadeira afronta àqueles que, com grandes dificuldades, estão a se preparar para fazer desse País, a terra com que todos nós sonhamos.

Por isso, Senhor Presidente, Srs. Deputados, encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê)
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ministério da Educação e da Cultura - Divisão de Crédito Educativo em Curitiba, solicitando àquela autoridade as seguintes informações referentes à utilização do Crédito Educativo em nosso Estado.

- a) Qual o número de alunos beneficiados com o Crédito Educativo em nosso Estado?
- b) Qual o número de estudantes que, fazendo inscrição visando a utilização do Crédito Educativo, têm seus pedidos indeferidos?
- c) Quais os principais motivos que levam a instituição creditícia a indeferir os pedidos?
- d) Qual o número de estudantes de nível superior em nosso Estado?

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979."

Pode, até, esta Casa entender que nós não podemos pedir informações a um órgão federal. No entanto, esta é a única forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Deputado encontrou para se fazer presente, neste momento, quando nós estamos a ver um governo intoxicar a nossa gente com a propaganda falsa e mentirosa não permitindo até, que a nossa juventude procure organizar-se e ir para um trabalho sério em busca do ensino gratuito, em nosso País. Dentro desta mesma linha, nós já fizemos um projeto de resolução, nesta Casa...

(TIMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa lamenta, mas informa o nobre Deputado ter um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Concluirei, Sr. Presidente.

Demos entrada, nesta Casa, um projeto de resolução regulamentando a concessão de bolsas de estudo e fomos buscar, junto às lideranças estudantis, o apoio para que pudéssemos fazer deste projeto o início, quem sabe, da luta dos nossos jovens em busca do ensino gratuito no nosso Estado, em nossa Nação. No entanto, a dificuldade imposta por um regime militar que se implantou no País, há quinze anos, fazendo com que a nossa juventude se calasse obrigada e está, ainda, a tolher a vontade, o desejo de nossos jovens a participar da

vida pública.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usando as mesmas palavras do nobre Deputado Nilton Friedrich, ele disse que, não querendo ser repetitivo, e nós da mesma forma, mas infelizmente, somos obrigados e voltamos àquele velho ditado “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Mas, é realmente, também sobre as notas promissórias rurais, que tantos Deputados têm trazido o problema a esta Casa e que, inclusive, as autoridades do Paraná têm, de certa forma, acalentado as esperanças dos agricultores paranaenses, avalistas dessas mesmas notas promissórias, de que o problema já estaria resolvido. Recentemente, o próprio Secretário da Agricultura, que encabeça, também hoje, o movimento em favor do colono, contra as notas promissórias rurais, noticiou, através da imprensa, de que teria liberado pelo Banco Central uma quantia de 90 milhões de cruzeiros, para que se fizesse frente ao ressarcimento das notas promissórias rurais, quando o montante, no Paraná pelo menos, a grosso modo, se estima em aproximadamente 130 milhões de cruzeiros o valor dessas mesmas Notas promissórias.

A Comissão Pastoral da Terra, a Comissão Justiça e Paz, a própria Federação de Trabalhadores na Agricultura, assim como todos os sindicatos da região, se reuniram no dia 21 de março próximo passado, elaboraram um documento, encaminharam às autoridades, e essa mesma Comissão está convocando os agricultores para uma reunião agora, no próximo dia 9, na cidade de Medianeira, a partir das 8:30 horas, na Igreja Matriz, para onde estão sendo convidados o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário da Agricultura, o Sr. Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil.

E a finalidade não é, absolutamente, tumultuar a região, mas é, como disse o nobre Deputado ainda há pouco, é que realmente o Banco do Brasil, o Banco Central, definam de uma vez por todas, a situação da promissória rural.

Nós hoje também recebemos vários telefonemas das cidades de Marechal Cândido Rondon, Toledo e Medianeira, dessas três cidades onde o Banco do Brasil, através do seu próprio Diretor aqui no Paraná, veio recentemente à televisão e aos jornais, dizendo e pedindo aos agricultores que ficassem calmos, pois não haveria a execução das notas promissórias.

Acontece, que as execuções estão havendo e houveram. E, a partir de ontem e hoje, nessas cidades mencionadas, o Banco do Brasil está convocando os agricultores que já assinaram um termo que venceu no dia 30 de abril, para renovação do compromisso do pagamento das notas promissórias rurais. Provavelmente o Banco do Brasil irá dizer que não é para o pagamento, apenas um compromisso simbólico.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa comunica ao nobre orador que tem apenas um minuto para concluir a sua oração.

O SR. LÁZARO DUMONT — Terminarei em um minuto, Sr. Presidente.

Então, o que nós queremos é que o Banco realmente defina essa posição. E para isso estamos apresentando um requerimento. — (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado um expediente à Sua Excelência NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a intercessão do mesmo junto à Diretoria do BANCO DO BRASIL S.A., no sentido de que seja definido de uma vez por todas o problema das NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Foi amplamente noticiado pelo Governo Federal que seria liberada uma verba, através do BANCO CENTRAL, no valor de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), para solução definitiva do problema das NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS. Contudo, o BANCO DO BRASIL, que insiste em dizer que não está efetuando nenhuma cobrança judicialmente, vem agora conclamando os produtores no sentido de assinarem um novo termo de compromisso. Para tanto, faz-se necessária uma definição quanto ao problema, considerando, principalmente, que os produtores estão desarmados, sem saber que atitude tomar.”

E para encerrar, Sr. Presidente, nós gostaríamos, mais talvez como colaboração com o nobre Deputado Palácios, de Jacarezinho, que ontem apresentou um requerimento solicitando a ligação asfáltica de Carlópolis a Ribeirão Claro, que é uma aspiração muito mais do povo daquela região do que propriamente dita, nossa de Deputados. E Carlópolis está representada por dois excelentes Deputados, Cabriel Manoel e Aguinaldo P. Lima. E nós estamos apenas apresentando um outro requerimento, solicitando que esta ligação asfáltica comece no Porto Emigdão, na divisa Paraná com São Paulo e que venha a Ribeirão Claro e que se estenda até Carlópolis.

É o requerimento que estamos apresentando. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após oido o Plenário, o envio de expedientes ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, e ao Sr. NIVALDO ALMEIDA NETTO, Secretário de Estado dos Transportes, contendo reivindicações, no sentido de que sejam feitas as ligações asfálticas nas estradas que ligam Ribeirão Claro-Porto Emigdão e Ribeirão Claro-Carlópolis, na região Norte Velho do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, considerando que as ligações asfálticas das estradas que ligam o Município de Ribeirão Claro ao Porto Emigdão, e Ribeirão Claro ao Município de Carlópolis, é uma velha reivindicação de toda aquela região, cujos agricultores já se viram frustrados no escoamento de suas safras, pelo péssimo estado em que ficam aquelas estradas em épocas de chuvas. Requerimento neste mesmo sentido, e também de nossa autoria, já foi aprovado por este Plenário, em 08 de novembro de 1977, e encaminhado à autoridade competente, sem que as obras fossem iniciadas, o que nos leva a abordar novamente o mesmo assunto, haja visto que todas as vezes em que passamos por aquela região, somos chamados a atenção, com a mesma pergunta: “QUANDO TEREMOS A NOSSA ESTRADA ASFALTADA?”, sem que em uma única vez, possamos dar uma resposta positiva, para aquele povo que luta, não somente pelo desenvolvimento, não somente daquela região, mas de todo o Estado do Paraná. Solicitamos também, que sejam encaminhadas cópias deste requerimento às Prefeituras e Câmaras Municipais, dos dois municípios em referência.”

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao sexto e último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de iniciar hoje a minha participação neste plenário cumprimentando a Mesa Executiva, pelo não recebimento de um requerimento que eu tentei dar entrada, embora

um minuto de atraso tenha cometido.

Mas cumprimento a Mesa porque resolve não usar de liberdades daqui para a frente. E nós esperamos, sinceramente, que este critério venha a ser adotado para todos. Porque entendemos que o nosso requerimento não é realmente uma mensagem do Sr. Governador solicitando liberação para empréstimo de 230 milhões de dólares, mas é um requerimento importante que defende os interesses ecológicos do nosso Estado.

Estava tentando em caráter de urgência, porque assim entendo que deva ser. Existe uma organização do Município de Almirante Tamandaré, uma firma construtora que está disposta a dinamitar uma gruta descoberta, dias atrás, naquele município; gruta esta, segundo pesquisas realizadas pelo professor Bigarella, segundo pesquisas realizadas pela Associação de Defesa Educação Ambiental - ADEA, e foi comprovada que no seu interior existem diversas galerias de 30, de 15 metros de extensão.

Existem anfiteatros, dois anfiteatros foram descobertos no interior dessa gruta, e agora uma construtora para exploração do calcário pretende dinamitar aquela área. Nós entendemos que por ser a região, repleta de detalhes que possam impor uma preservação da natureza, como diversas (três se não me falha a memória) cachoeiras. Existe ainda naquele local, além das cachoeiras também, terrenos sem acidentes.

Por isso, entendemos que o Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, Sérgio Todeschini e o Secretário de Esportes e Cultura, Luiz Roberto Soares, devem tomar medidas urgentes.

Primeiro, pelo aspecto cultural e histórico; e segundo, pela preservação da natureza.

Entendo ainda que a medida deve ser tomada em caráter de urgência, porque a firma que se dispõe a dinamitar a área, prometeu que o fará na próxima semana. Assim, solicito intervenção neste caso.

No mesmo requerimento, solicito também, levantamento da situação histórica das cavernas descobertas na Serra de São Luiz do Purunã. Entendo também, que esta pesquisa poderá trazer novos detalhes históricos para o nosso Estado, porque uma ossada foi encontrada no local em uma das cavernas. Pode ser de um grande animal que caiu no local, como pode também ser outro aspecto dessa ossada.

Então, solicitamos que seja feito um estudo completo desta situação. E vou mais além, peço também um estudo visando a possibilidade de reabertura de uma caverna situada no Alto do São Francisco, nas ruínas aqui em Curitiba. Porque já há algum tempo atrás, eu confesso talvez nem existisse, foi entre 45 e 50, naquele local foi descoberta uma caverna e foi mal explorada na ocasião, porque os técnicos não dispunham de instrumentos capazes de avaliar a mesma.

Mas hoje, com a tecnologia avançada, nós dispomos além de técnicos competentes, também de material suficiente para a exploração do local. Então solicito, dentro de um estudo que visa possibilidade, a reabertura daquele local, visando o levantamento histórico daquela caverna.

Era só. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário da Liderança do MDB, concedo a palavra ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
"Já não é dado ignorar a causa deste ímpeto que arremessou através de mil azares esses homens escolhidos para mudar a face da terra". (MONTALVERNE).

Quem são esses homens? Quem são os escolhidos para mudarem a face da terra, se não a classe trabalhadora, se não o proletariado, que tem sobre si a árdua tarefa de construir o futuro deste País, não podendo no entanto, dele participar?

O porquê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, daquilo que acabamos de dizer, é o que vamos daqui para a frente demons-

trar, é o que vamos colocar com a nossa crítica àqueles que ilegitimamente em 1964 tomaram o poder para si e subjugaram o povo brasileiro, a classe trabalhadora nestes longos anos de arbítrio, de falta de liberdade, de enriquecimento de poucos e do empobrecimento de toda uma população, que é a mola propulsora de toda a riqueza nacional.

Fez-se crescer o bolo, fez-se aumentar a renda nacional, mas aos responsáveis por esse crescimento, só restou como herança, a miséria, a fome, o analfabetismo e a incerteza de poder sobreviver com dignidade humana, com decência, com liberdade para poder reivindicar seus direitos e para poder cumprir seus deveres com suas famílias, hoje desiludidas e amortecidas com doenças, com a mortalidade infantil, com as carências de todas as formas imagináveis.

As análises idôneas, tanto da Fundação Getúlio Vargas como de outros estudiosos do problema, informam que para restituir o poder aquisitivo do trabalhador, que ele dispunha com o salário-mínimo em 1964, seria necessário que fixasse um nível entre 10.500 a 11.000 cruzeiros. Mas com generosa compreensão a classe trabalhadora aguardou ansiosa a notícia, de quanto seria o salário-mínimo anunciado pelo atual Governo, que diz estar com as mãos estendidas para os trabalhadores, e se viu, mais uma vez, que a "mão de afaga é a mesma que apedreja", e somente se estendeu para dar mais uma "chicotada" na esperança do trabalhador, que a mão somente está estendida para decretar a falência da família brasileira, que já não pode pensar em como se alimentar, que já não pode pensar como morar, como vestir, como ser transportada, como se educar, como se livrar das doenças, como viver enfim, pois subsistir com o atual salário decretado sem o mínimo estudo da atual realidade é ser "mágico" ou ser "feitiçeiro" ou tentar enganar a si próprio.

O operário brasileiro não mais viverá, "vegetará" por certo, pois Cr\$ 2.268,00 ou Cr\$ 2.107,20, ou ainda Cr\$ 1.664,00 é importância que quem decretou para o trabalhador gasta em pequena roda de aperitivos.

Se não, vejamos que esse salário é menor do que o do Paraguai, o do Equador, o da Guatemala, da Nicarágua, não se falando dos países mais ricos.

Disseram os homens desse Governo desumano, que o País não poderia decretar mais que esses limites, pois tem que conter a inflação, mas o que o Governo deveria ter dito é como a família pode se sustentar com o atual salário que se decretou dia 1.º de maio próximo passado.

O que querem por certo os homens do Governo com isso, é destruir o povo brasileiro, pois sabemos que 17 milhões de trabalhadores vivem com até um salário mínimo e 25 milhões com até dois salários-mínimos, o que estão criando com esse salário-mínimo, são débeis mentais, imbecis, com o cérebro subdesenvolvido pela falta de proteínas.

Basta, Sr. Presidente...

O Sr. Antônio Facci — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Darcy Deitos, nesta semana do trabalhador, em que as nossas bancadas em todo o Território Nacional, quer na Câmara Federal, nas Assembléias e nas Câmaras de Vereadores, estão a reclamar um melhor tratamento à nossa classe trabalhadora, nós ficamos observando a atitude do Sr. Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que conhecemos de longa data, porque residiu em Maringá, é cidadão honorário de minha cidade, e o conhecemos como homem religioso, ligado aos movimentos cristãos e base da Igreja e sabemos até de algumas manifestações suas; quando das intervenções de Sindicatos em São Paulo, que ele era contrário à medida, teria se manifestado contrariamente à medida, que se aborreceu muito com o índice de acréscimo do salário-mínimo fixado em 45% para todo o País, que não dá nem para chamar de aumento.

Vejam bem, Sr. Deputado, outros Ministros de nossa Pa-

tria, quando viram as suas ações serem tolhidas pela área econômica do Governo, tomaram atitudes másculas. Exemplo Cirne Lima, na Agricultura, quando não conseguiu implantar o seu sistema de administrar em seu Ministério, ele teve coragem de renunciar deste Ministério.

Veja bem, Sr. Deputado Dary Deitos, que o Ministro Muri-lo Macedo, homem de formação cristã que conhecemos, se estiver realmente enganado nos movimentos cristãos da Igreja, que está a batalhar em todo o nosso País e em toda a América Latina, principalmente, em busca de melhores condições de vida para os nossos trabalhadores, deveria mesmo ter nesta oportunidade, como demonstração de descontentamento e para que este Governo tomasse mais uma vez ciência, de que o povo está passando fome e não pode mais sobreviver, renunciar ao Ministério do Trabalho, como demonstração de que ele não está lá apenas em busca de posição. — Que nós até esperamos que não esteja, devido a sua formação cristã. Mas se permanecer, compactuando com o sistema, dizendo que não está contente, mas prevalecendo nesta sua condição de Ministro, sem fazer prevalecer a sua vontade no Ministério, aí nós passaremos a também ver como mais um integrante do sistema, porque não tem coragem numa hora desta, de renunciar a um posto que lhe foi dado gratuitamente.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos seu aparte, nobre Deputado Antônio Facci.

Mas, prossigo, Sr. Presidente. (Lê):

“Basta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sair às ruas para assistir este doloroso quadro; crianças perambulando pelas mesmas, sem destino, sem ter para onde ir, sem lar, sem escola, sem família; famintas. Futuros delinquentes. que a sociedade irá julgar amanhã, não sabendo daí dizer quem foram os responsáveis, ou não querendo assumir a responsabilidade.

A responsabilidade é dos homens que governam este País, que entregam nossas riquezas à sanha das multinacionais, aos grupos econômicos, àqueles que escondem o óleo de soja; àqueles que escondem o feijão e o arroz, que por certo serão julgados pela História, pois a mesma é implacável nos seus desígnios e dirá quem foi o culpado de tudo isso que hoje passamos.

A responsabilidade é daqueles que dizem que o salário-mínimo inflaciona o País, mas se esquecem que neste mesmo País não há controle de preços, nem limitação de lucros; que aqui o banqueiro, o industrial ou o comerciante, não falamos do pequeno industrial e nem do pequeno comerciante, mas dos que têm o grande poder econômico usam de uma infinidade de artifícios e pretextos, para aumentarem constantemente seus lucros, desde a simulação de despesas até a redução da qualidade e, sendo assim, promovem um verdadeiro furto à já míngua bolsa da classe trabalhadora brasileira e colaboram decisivamente com o aumento da inflação neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, resta à classe trabalhadora somente um caminho, o mesmo utilizado pelos banqueiros que retêm o capital para alcançarem mais juros; à classe trabalhadora resta o direito da suspensão do seu trabalho; pois quando sua situação é insustentável, resta apenas uma medida justa capaz de colocar um fim de suas angústias, que é a greve.

Mas todas estas estão sendo neste País, consideradas ilegais todas elas estando sendo consideradas ilegítimas; a prova disso são as intervenções nos sindicatos do ABC. Mas por que não se intervém nos empresários mal pagadores, não cumpridores de seus deveres sociais, fiscais e outros?

Diz-se que a greve prejudica a vida nacional, provocando a queda da produção industrial; prejudicando a economia nacional. Mas que adianta aumentar a economia nacional, que melhora a economia, se o trabalhador de seus melhoramentos não participa?

O que necessitamos urgentemente é acabarmos com o peleguismo sindical. É conduzirmos os legítimos trabalhado-

res para a orientação de seus sindicatos; é democratizar o movimento sindical; é devolver os Lulas às suas legítimas posições, para que os trabalhadores possam ser orientados e possam lutar pelas suas legítimas reivindicações, exercendo, quando necessário o direito de greve que é inalienável. Chega de injustiças; chega de entreguismo, chega de proteção ao capital espoliador; chega de ludibriar a classe trabalhadora, chega de fabricar fórmulas, que não atingem nem melhoram a vida do operário brasileiro, mas cada vez mais, desilude; tira-lhe a vontade de viver, mas que por outro lado aguça sua vontade de luta pela sua sobrevivência.

O Sr. Gernote Kirinus — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Eu assisti com prazer que S. Ex.^a está justamente a responder um apelo que nos foi feito ontem, apelando não só as críticas, mas, também, as soluções. Portanto, creio que os nobres Deputados da ARENA haverão de convir que S. Ex.^a está fazendo uma crítica construtiva.

Mas, gostaria de encetar o meu aparte justamente naquele tocante que S. Ex.^a se referiu à inflação, e que essa orientação elitista do Ministro do Trabalho, aliás, um Governo feito para as elites, para aquelas elites que dizem: “dá cá, comamos e bebamos”, elites estas que já foram tachadas pelo Profeta Amós de “Vacas de Basam”, elites essas que vêm minimizar os direitos dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, criando salários-mínimos insustentáveis e indignos da pessoa humana, criando módulos mínimos e não se preocupando com salários máximos, com os módulos máximos da terra.

Portanto, vêm minimizando a vida, e ainda, têm a coragem de dizer que o culpado da inflação é o salário-mínimo, quando nós sabemos que o salário-mínimo aumenta uma vez por ano, enquanto que o custo de vida aumenta quase diariamente, enquanto que a gasolina aumenta todos os meses, enquanto que a nossa moeda se desvaloriza de 22 em 22 dias, enquanto que o automóvel aumenta de 45 em 45 dias, e o salário-mínimo sempre vem depois da inflação.

Como podem usar argumentos elitistas e tão absurdos e dizer que o salário-mínimo é culpado da inflação? Era este o adendo que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos ao nobre

Deputado Gernote Kirinus. Mas, prossigo, Sr. Presidente. “Chega de paternalismo, devolva-se ao trabalhador, seus sindicatos, livres e soberanos em suas decisões, conscientes de suas responsabilidades para o engrandecimento deste País, devolva-se ao trabalhador pelo menos a esperança de poder ter uma vida digna, honrada e decente.

Se a inflação é um problema econômico-social, ela depende não do aumento salarial, mas sim, de uma providência do governo que é o controle das atividades empresariais nesse País, com o mesmo rigor que se vem controlando os assalariados, garantindo aos trabalhadores o direito de lutar pelos seus legítimos interesses.

“E, para encerrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixamos aqui uma frase: “Existem milhares de trabalhadores e suas famílias que têm fome, mas elas têm muito mais sede de Justiça”.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja usar o seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa comunica que, em virtude da renúncia do Sr. Deputado Ivo Thomazoni ao seu mandato, a Mesa declara efetivado na Bancada da ARENA, o Sr. Renato Bueno, e convoca

para ocupar a cadeira vaga de 1.º Suplente, o Sr. Túlio Zanchet.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Limite Paraná - São Paulo. Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do M.D.B., constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do problema do Menor. - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do M.D.B., constante do expediente, indicando os membros de sua Bancada que irão compor a Comissão que participará dos festejos de aniversário de Maringá. - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 83/78, que cria no Município de FAXINAL, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com divisas e sedes que especifica. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 83/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam criados, no Município de FAXINAL, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com as seguintes divisas:

I - DISTRITO DE VILA DINIZ - Ao Norte: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água acima) medindo em linha reta da barra do Rio Ivaí, até a linha dos lotes de n.ºs: 104 e 102, num total de 9.400,00m (lotes de n.ºs: 524, 525, 552, 529, 539, 538, 537, 533, 534 e 535).

Ao Noroeste: Confronta com a localidade de São Domingos e Primavera, e com os lotes de n.ºs: 102, 99, 100, 101 e 593, do lado da localidade de Vila Diniz, com os lotes de n.ºs: 104, 535 e 594, divisando por três linhas retas, com as distâncias de 1.900,00m; 1.500,00m e 2.000,00m; daí confronta com o lote de n.º 593, da localidade de São Domingos e Primavera, com o lote de n.º 596 da localidade de Vila Diniz divisando pelo Rio Azul medindo em linha reta 0,990m. Daí confronta com os lotes de n.ºs: 860, 14, 13, 12 e 10, pertencentes à localidade de São Domingos e Primavera. Do lado da localidade de Vila Diniz confronta com os lotes de n.ºs: 596, 598, 608 e 11, divisando por 6 (seis) linhas retas com as distâncias seguintes: 400,00m; 2.150,00m; 1.400,00m; 4.600,00m; 650,00m; 300,00m, chegando assim às margens do Rio do Peixe.

Ao Sul: Confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe medindo em linha reta até a barra do Rio Ivaí em 8.550,00m.

Ao Sudoeste: Confronta com o Município de Jardim Alegre, divisando pelo Rio Ivaí, medindo em linha reta até a barra do Córrego Lajeado, Ponto PP em 9.750,00m. Fechando o poligonal do perímetro do Distrito de Vila Diniz em 43.400,00m.

II - DISTRITO DE SÃO DOMINGOS - Ao Sudoeste: Inicia em um marco de cerne PP cravado no ponto comum dos lotes de n.ºs: 102 e 104, às margens do Córrego Lajeado (lado esquerdo); daí confrontando com a localidade de Vila Diniz e com os lotes de n.ºs: 104, 535, 594, 598, 608 e 11, do lado da localidade de São Domingos, com os lotes de n.ºs: 102,

99, 100, 101, 593, 860, 14, 13, 12 e 10, subdividindo: 1) - por três linhas retas com as distâncias de 1.900,00m, 1.500,00m, 2.000,00m; 2) - pelo Rio Azul, medindo em linha reta 900,00m; 3) - daí por seis linhas retas com as distâncias mais ou menos de 400,00m; 150,00m; 1.300,00m; 4.600,00m; 650,00m; 300,00m. (A distância total da divisa com a localidade de Vila Diniz é 15.700,00m). Daí confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe (água acima), até o marco de cerne cravado na divisa dos lotes de n.ºs 644 e 645, no ponto comum do Rio do Peixe, medindo em linha reta 6.500,00m. (Os lotes encostados com o Rio do Peixe são os de n.ºs: 10, 09, 115, 116, 851, 645 e 646).

Ao Sudoeste: Confronta com o Município de Faxinal, divisando por duas linhas retas com as distâncias de 4.500,00m e 1.700,00m, divisando pelo Rio São Pedro, medindo em linha reta 1.115,00m, com os lotes do Distrito de n.ºs: 644, 643, 640, 638, 636, 635, 633 e 632.

Ao Nordeste: Confronta com a localidade de Cruzmaltina, divisando por oito linhas retas com as distâncias de 2.100,00m; 2.700,00m; 800,00m; 1.700,00m; 900,00m; 1.950,00m; 1.000,00m e 500,00m. (Os lotes do Distrito de São Domingos são os de n.ºs: 632, 874, 06, 873, 01 e 95, e por três linhas retas com as distâncias de 600,00m; 800,00m e 1.100,00m, daí pelo Rio Chupador (água acima), medindo em linha reta 1.800,00m, e por oito linhas retas com as distâncias de 850,00m; 300,00m; 1.000,00m; 200,00m; 1.150,00m e 850,00m, confrontando com os lotes da localidade de São Domingos de n.ºs: 96, 98, 277, 278, 289 e 290, e com a localidade de Cruzmaltina, pelos lotes de n.ºs: 195, 194, 279, 280 e 288.

Ao Noroeste: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água abaixo), medindo em linha reta até o marco PP 5.100,00m, fechando a poligonal do perímetro do Distrito de São Domingos em 56.100,00m.

III - DISTRITO DE CRUZMALTINA - Ao Sudoeste:

Inicia em um marco de cerne PP, cravado no ponto comum com o lote de n.º 632, da localidade de São Domingos e Primavera e com o lote de n.º 795, da localidade de Cruzmaltina, e com o Rio São Pedro. Daí confronta com a localidade de São Domingos e Primavera com os lotes de n.ºs: 632, 874, 06, 873, 01, 95, 96, 98, 277, 278, 289 e 290. Os lotes do Distrito de Cruzmaltina são os de n.ºs: 795, 830, 872, 93, 94, 197, 195, 279, 280 e 288, divisando por oito linhas retas com as distâncias de 2.100,00m; 2.700,00m; 800,00m; 1.700,00m; 900,00m; 1.950,00m; 1.000,00m e 500,00m, divisando pelo Rio Azul (água abaixo), medindo em linha reta 900,00m por três linhas retas com as distâncias de 600,00m; 800,00m e 1.100,00m, divisando ainda pelo Rio Chupador (água acima) em linha reta com 1.800,00m e divisando por mais oito linhas retas com as distâncias de 850,00m; 300,00m; 850,00m; 300,00m; 1.000,00m; 200,00m; 1.150,00m e 850,00m.

Ao Noroeste: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água acima) até a sua cabeceira medindo em linha reta 3.700,00m, ligando diretamente com a divisa antiga em linha reta com 550,00m, até encontrar-se com o Corregozinho Guararema, daí por uma linha reta até a barra do Ribeirão Três Barras com o Rio das Antas, em uma distância de 4.050,00m; divisando com Rio das Antas em uma distância de 900,00m. (A numeração dos lotes são: 288, 287, 286, 294, 296, 295, 297 e 122).

Ao Nordeste: Confronta com a localidade de Altamira e com os lotes de n.ºs: 121, 119, 693, 827, 889, 819 e 817, da localidade de Cruzmaltina com os lotes de n.ºs: 122, 123, 305, 303, 222 e 221, divisando por três linhas retas com as distâncias: (do Rio das Antas até o lote de n.º 817) 2.750,00m; 150,00m e 5.150,00m. Confronta com a divisa do Município de Faxinal com os lotes da localidade de Cruzmaltina de n.ºs: 221, 220, 219, 865, 48, 49, 74, 72, 36, 717, 718, 720, 721,

842 e 761, divisando por dezessete linhas com as distâncias de 1.500,00m; 700,00m; 1.050,00m; 630,00m; 300,00m; 1.350,00m; 650,00m; 600,00m; 1.000,00m; 1.250,00m; 900,00m; 750,00m; 300,00m; 1.450,00m; 1.500,00m; 750,00m e 1.000,00m.

Ao Dueste: Confronta com a divisa do Município de Faxinal com os lotes do Distrito de n.ºs 761, 762, 763 e 795, divisando pelo Rio São Pedro até o ponto PP, medindo em linha reta 3.900,00m. Fechando o poligonal do perímetro do Distrito de Cruzmaltina em 59.380,00m.

IV - **DISTRITO DE ALTAMIRA** - Ao Sudoeste: Confronta com a localidade de Cruzmaltina com os lotes de n.ºs 221, 222, 303, 305, 123, e com os lotes de n.ºs 817, 819, 889, 827, 693, 119 e 129, deste Distrito divisando por três linhas retas com as distâncias de 5.150,00m; 150,00m e 2.750,00m.

Ao Norte: Confronta com o Município de Borrazópolis com os lotes do Distrito de n.ºs: 121, 120 e 117, divisando pelo Rio das Antas, até a barra do Rio Piainirim, medindo em linha reta 4.100,00m, confronta daí, com o Município de Marilândia do Sul, até o ponto comum com os lotes de n.ºs 587 e 188; com o Rio das Antas com os lotes de n.ºs 117, 118, 155, 150, 153, 189, 822 e 587, deste Distrito, divisando com o Rio das Antas em uma distância de 5.750,00m.

Ao Noroeste: Confronta com o Município de Marilândia do Sul, com os lotes de n.ºs: 188, 187, 183, 182, 353, 352, 355, 356, 357 e 487, deste Distrito, divisando com o Rio das Antas medindo em linha reta 6.700,00m.

Ao Sudeste: Confronta com o Município de Faxinal, e os lotes de n.ºs: 487, 489, 592, 591, 359, 615, 810, 820 e 817, deste Distrito, divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.250,00m; 950,00m e 600,00m; daí por um Corregozinho divisando por uma linha reta de 250,00m e novamente por cinco linhas retas de 2.400,00m; 450,00m; 1.650,00m; 600,00m e 1.400,00m, pelo Rio Três Barras com as distâncias de 150,00m e 350,00m, e por seis linhas retas com as distâncias de 650,00m; 450,00m; 850,00m; 2.000,00m e 1.950,00m, onde encontra-se o marco de partida PP, fechando o poligonal do perímetro do Distrito de Altamira, em 40.550,00m.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 01/79, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ALBERTO E REGINA DIEDRICH", com sede e foro na cidade de Imbituva. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 01/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO ALBERTO E REGINA DIEDRICH, com sede e foro na cidade de Imbituva.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 18/79, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASTRO", com sede e foro na cidade de Castro. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 18/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASTRO, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 19/79, que declara de utilidade pública a ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - Seção de Curitiba, com sede nesta Capital. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 19/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - Seção de Curitiba, com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 05/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 160/78, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRI-NA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo aditivo datado de 04 de dezembro de 1978, ao convênio celebrado em 04 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de NOVA LONDRI-NA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 06/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 05/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o convênio celebrado em 15 de janeiro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de PARANAPOEMA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 07/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 06/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de MARILENA e SÃO TOMÉ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, naqueles municípios. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Ficam aprovados os convênios celebrados em 22 de janeiro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios de MARILENA e SÃO TOMÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 08/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 16/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, com a intervenção de Órgãos que especifica, que objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 11 de novembro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, com intervenção da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 09/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/79, que aprova o convênio celebrado entre os Governos Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a SUDESUL e Estabelecimentos Bancários que especifica, objetivando mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de janeiro de 1979, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, visando a mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 10/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 31/79, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e os Municípios de PARANAGUÁ, MARILÂNDIA e ALTÔNIA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, conforme específica. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Ficam aprovados os convênios celebrados em 21 de dezembro de 1977 e 17 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de PARANAGUÁ, MARILÂNDIA e ALTÔNIA respectivamente, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, como especificam.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Ministério da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações referentes à utilização do Crédito Educativo em nosso Estado.

A Mesa não pode receber o pedido de informações dirigido ao Ministério da Educação e Cultura, a um de seus órgãos, por ser de órbita federal, fora do alcance portanto, da competência da Assembléia Legislativa.

O SR. ANTÔNIO FACCI (Questão de ordem) – Sr. Presidente, aceito a decisão da Mesa.

No entanto, hoje pela manhã, em contato com a Secretaria da Educação, órgão a quem pretendia fazer esse pedido de informações, a informação que recebemos foi de veras desalentadora, porque informou a Secretaria que não tinha condições de dar qualquer informação a respeito.

Como esse crédito educativo está sendo amplamente divulgado por todos os órgãos de divulgação da cidade, quer rádio, televisão e jornais, como sendo a solução para os nossos estudantes, e os nossos jornais, da Capital, vêm de noticiar que o crédito educativo está sendo pouco utilizado e nós sabemos, Sr. Presidente, da dificuldade que o estudante tem em alcançar o crédito educativo, é que nós fizemos este requerimento. E já dissemos, da tribuna, que estamos aí aguardando a benevolência da Presidência, para aceitar o requerimento.

Faremos, naturalmente, na semana próxima, requerimento à Secretaria da Educação, para que esta entre em contato

com o Ministério da Educação e Cultura, visando a que esta Casa fique informada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)
O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concordamos também com a decisão de Vossa Excelência pela não aceitação do requerimento do eminente Deputado Antônio Facci. Mas sugerimos, aproveitando a oportunidade, que o Deputado Antônio Facci proceda de forma diferente. Entrar com um requerimento como um canal, para que se chegue ao Ministério da Educação em Brasília, através da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Porque o requerimento e o assunto aventado nesta Casa pelo Deputado Antônio Facci, nós entendemos que é de grande relevância e de grande importância para a classe estudantil não só do Paraná, mas de todo o Brasil, eis que hoje nós sentimos, Sr. Presidente, a presença de filas e mais filas nos nossos Gabinetes, para reivindicações, para nos pedir bolsas de estudos. E é do conhecimento tanto de Vossa Excelência quanto dos demais Srs. Deputados, que a nossa verba é a menor possível, é tão ínfima que não nos dá condições de atender a dez por cento daqueles estudantes que nos procuram em nossos Gabinetes.

Aceito a tese, colaborarei e estarei ao lado do Deputado Antônio Facci para que se encontre uma fórmula de ajudar e de prestigiar os nossos estudantes, principalmente aqueles menos favorecidos, aqueles que não têm condições, muitas vezes, de continuar os seus estudos, por falta de recursos financeiros.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, Deputado Antônio Facci, por esta atitude, por este gesto, e tenho certeza de que se Vossa Excelência vier com o mesmo intuito porém dentro de uma maneira bem posta, bem colocada, terá da nossa bancada, da ARENA, o irrestrito e total apoio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto à Diretoria do Banco do Brasil S/A, a fim de que seja definido de uma vez por todas o problema das Notas Promissórias Rurais. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes contendo reivindicações, no sentido de que sejam feitas as ligações asfálticas nas estradas que ligam Ribeirão Claro-Porto Emigração. — Em votação.

O SR. PALÁCIOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, solicitei a palavra para fazer o encaminhamento de votação do presente requerimento, e dar de público o nosso apoio, porquanto é uma rodovia que já tem o seu projeto executado e também, porque é de grande importância e interesse para o Paraná e para a região e desejo, desta forma, dar todo o apoio

ao requerimento do nobre Deputado Lázaro Dumont e deixar patente a nossa posição referente ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.
Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando sejam renovadas as solicitações aos Srs. Ministro da Fazenda, do Planejamento, ao Banco Central do Brasil e ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas medidas quanto às execuções que estão se processando de Notas Promissórias Rurais, no Município de Toledo e outros. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que informe a respeito das atividades da SANEPAR, sobre qual o critério adotado para a cobrança, e demais itens. — Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Requeiro a Vossa Excelência verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que está sendo processada a votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente, Peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferiu. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. — (Pausa).

Dois Srs. Deputados o rejeitam; doze Srs. Deputados o aprovam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 7, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 51/79.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 79 e 165/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 19, 20 e 21/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 64, 153 e 168/78. Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 366/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3155, de 05 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 181/77, na parte que se refere ao funcionário ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula n.º 130, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário